



## INDIVIDUALISMO E ALIENAÇÃO: CONDIÇÕES E CONTRADIÇÕES DO SER SOCIAL EM KARL MARX

PATRÍCIA COSTA E SILVA<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo questiona as contradições da condição do ser social inerentes à nossa sociedade capitalista que se produz por ocultação, a partir do recorte das determinações materiais de produção que constituíram o sujeito como classe, enquanto personificação de relações econômicas, sob a contradição entre capital e trabalho, o que relegou a antiga comunidade à sua dissolução na sociedade, bem como o sujeito a uma pulverização na forma de indivíduo. Sob uma condição de alienação, a valorização do indivíduo é estratégia que objetiva ocultá-lo enquanto pertencente a uma classe e, assim, aniquilá-lo enquanto sujeito, distanciando-o do desenvolvimento das suas potencialidades pessoais e sociais, enquanto sujeito de si e da história. Essa situação, no entanto, difere da condição primitivamente mais gregária dos homens e do ideal marxista de organização comunitária. Quanto mais se avança na história, mais individualizado, isolado e alienado o indivíduo se tornou, a fim de atender às demandas de domínio desta sociedade. Contudo, para Marx, a superação do atual estado das coisas será um movimento real e tendencial, como resultante das próprias premissas oferecidas por este sistema decadente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indivíduo; Individualismo; Sociedade; Comunidade; Alienação.

**ABSTRACT:** This article questions the contradictions of the condition of the social being inherent in our capitalist society that is produced by concealment, from the cut of the material determinations of production that constituted the man as a class, as a personification of economic relations, under the contradiction between capital and labor, which relegated the old community to its dissolution in society, as well as the man, in the form of individual. Under a condition of alienation, the valuation of the individual is a strategy that aims to conceal it as belonging to a class and, thus, to annihilate him as a man, distancing him from the development of his personal and social potential, as owner of himself and his history. This situation, however, differs from the primitively more gregarious condition of men and the Marxist ideal of community organization. The more one advances in history, the more individualized, isolated and alienated the individual has become, in order to meet the demands of domination of this society. However, for Marx, overcoming the present state of affairs will be a real and tendential movement, as a result of the very premises offered by this decadent system.

**KEYWORDS:** Individual; Individualism; Society; Community; Alienation.

---

<sup>1</sup> Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás, campus Anápolis. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Mestrado em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e em Philosophie Politique - Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne). E-mail: costabrasilexport@hotmail.com.

O trágico do caráter desumano da sociedade capitalista consiste no fato de que a vida que se compra com o dinheiro é a vida da existência fictícia e falseada no cotidiano, no trabalho, no tempo livre, nas relações com os demais homens. A verdadeira vida, constituída das necessidades essenciais humanas, a que não se compra, é impossível sob as relações predominantes do capitalismo. As conseqüências são muito importantes. No mundo verdadeiramente humano, troca-se igual por igual; somente qualidades próprias, reais e verdadeiras podem ser trocadas (RESENDE, 2009, p. 84).

Sob a máscara de aparentes satisfações, das quais muitas se devem ao acesso generalizado de todos os homens ao reino da felicidade oferecido pelo paraíso do consumo, reina um individualismo egoísta que, por sua vez, tem desembocado em conflitos, contradições e atitudes cada vez mais anômicas. Por trás desses acontecimentos, sistemas econômicos e políticos totalitários, ao lado dos ideais de uma racionalidade instrumental originária do Iluminismo, dominam indivíduos já despossuídos não só de bens materiais, mas também da consciência da realidade do mundo, de si e do outro, dominação que se concretiza de modo eficaz no modo de produção capitalista.

Nesse contexto o sujeito social, enquanto ser pleno, capaz de percepção do todo que compõe sua realidade pessoal e ciente de sua condição de classe, tem sido relegado ao papel de indivíduo, alienado, afirmativo, subserviente, adaptado e, por isso mesmo, cada vez mais submetido ao controle da ditadura do capital. Sob o império do individualismo, levado ao máximo de sua sofisticação, toda perspectiva ética é reduzida à condição retórica do reinado das aparências.

Dessa realidade concreta parte Marx, em meados do século XIX, a fim de questionar as contradições inerentes à nossa “obscura” sociedade capitalista, a partir do seu modo de produção e da relação entre seus processos e estruturas ainda imperantes, mas carentes de superações. Buscando apreender as mediações que se ocultam entre as classes com suas recíprocas afetações, bem como apontar a necessidade de uma ação consciente sobre elas, Marx se serve do método histórico-dialético, demonstrando que suas indagações, cada vez mais inquietantes em nossa decadente civilização, denotam a atualidade do seu pensamento.

O objetivo deste artigo é percorrer o caminho empreendido por Karl Marx a partir do recorte das determinações materiais de produção que constituíram o sujeito como classe, enquanto personificação de relações econômicas, sob a contradição entre capital e trabalho, o que relegou a antiga comunidade à sua dissolução na sociedade, bem como o sujeito a uma pulverização na forma de indivíduo.

## Das ideias aos fatos

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (MARX & ENGELS, 2008, p. 19).

Na construção da sua teoria, que pretende se fazer história, Marx elabora seu método. Dialeticamente incorpora muitas ideias de Hegel mas, ao mesmo tempo, rompe com sua perspectiva de colocar como elemento da realidade o pensamento, enquanto capaz de constituir o real. Se para Hegel o pensamento é a realidade, passível de apreensão pelo processo dialético, que torna compreensível o desenvolvimento histórico cujos estágios expressam a luta interna de uma “Mente Absoluta” ou “Espírito Absoluto” com vias à auto realização, para Marx são as condições materiais que determinam o curso da história.

Essa ruptura também acontece com Feuerbach que, segundo Marx, submete a materialidade ao pensamento e faz da razão uma abstração, ainda que o materialismo de Feuerbach tenha tomado como ponto de partida não o pensamento, mas o próprio homem, estimando contrapor-se a Hegel. Para Marx, também o pensamento de Feuerbach só é apreensível sob a forma de intuição, não como *praxis*, enquanto resultante da atividade humana sensível. Conforme Marx e Engels, Feuerbach se contenta com a teoria ao desconsiderar os contextos sociais e permanecer na mera abstração (2008, p. 46).

Contra a ideia de Feuerbach de que o indivíduo natural se liga ao gênero humano enquanto “essência imutável” do homem, como abstração inerente ao indivíduo isolado, Gorender vem afirmar que, para Marx e Engels a história não pode partir da ideia, nem de qualquer conceito, mas deve partir de indivíduos reais e das suas reais condições de vida (In: MARX & ENGELS, 2008, p. XXIV). Segundo o materialismo histórico, só o concreto permite apreender os nexos constitutivos da realidade:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (...) Por isso é que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se sintetiza em si, se aprofunda em si, e se move por si mesmo; enquanto o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento (...) (MARX, 1999, p. 39/40).

Por outro lado, na economia política, Smith e Ricardo imaginam os indivíduos do seu tempo não como um resultado histórico, mas como ponto de partida da história, considerados conforme a representação que tinham da natureza humana (MARX, 1999, p. 26). Todavia, para Marx, da economia política também emerge que o mercado não é um elemento entre outros, mas é o centro desta sociedade. Pautado na aparência da mercadoria fetichizada, o mercado cria ilusões necessárias para o funcionamento do sistema capitalista, ocultando a natureza do trabalho e a própria realidade. O que a mercadoria esconde, esconderá também seus produtos, como o dinheiro (com os juros), cuja lógica operacional se expressará também na forma do Estado, na cultura, nas relações sociais.

Das suas críticas, somadas às de Engels, destaca-se a síntese de que o homem é sua atividade, o que ele faz. Portanto: “É na *praxis* que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do seu pensamento” (MARX & ENGELS, 2008, p. 100). Da natureza terrena do homem partirá Marx para construir sua teoria, buscando nos apontamentos da historiografia da época elementos para justificar sua posição.

### **Do sujeito social ao indivíduo concreto**

O caminho traçado por uma longa tradição filosófica no que tange à sociabilidade não dissociava a sociedade da ideia de uma “natureza humana”, enquanto essência universal do genérico do homem. Essa visão concebia a existência de um indivíduo livre e autônomo como criador da sociedade. Marx discordará totalmente dessa tradição, pois, para ele, conforme remarca Gorender, a essência do homem “é o conjunto das relações sociais” (In: MARX & ENGELS, 2008, p. XXIV). Segundo Marx e Engels, dado o padrão societário dessas relações, a consciência também é um produto social (2008, p. 25), já que o indivíduo nasce da sociedade, e não o contrário. Afirma Marx que a própria existência do homem é atividade social, tudo o que ele faz o faz de si para a sociedade e com uma autoconsciência enquanto ser social (1993, p. 95).

Para Marx, a humanização do ser biológico específico e a “essência humana” da natureza existe só para o homem social. Assim, a sociedade é a unidade da essência completada do homem com a Natureza (1993, p. 94). A evolução social e econômica decorre da natural sociabilidade do homem que, pelo trabalho, cria e reproduz sua existência na prática diária, numa interação com a natureza (HOBSBAWM, E. In: MARX, 1985, p. 16).

Marx compartilha da ideia de Hegel do trabalho como metabolismo entre o homem e a natureza que, enquanto humaniza a natureza, naturaliza o homem. Pelo trabalho o homem “torna-se ele mesmo”. Sua atividade vital, consciente e livre, o diferencia da atividade vital animal e, ao mesmo tempo, caracteriza a condição do seu ser genérico pois, enquanto o animal “produz unilateralmente”, o homem “produz universalmente” (MARX, 1993, p. 67-68). Pelo trabalho, o homem exterioriza-se, interage com a natureza e a transforma, num processo de conhecimento e reconhecimento da realidade e de si mesmo enquanto outro. Na perspectiva de Resende: “O trabalho é específico do ser genérico do homem e condição ontológica de sua existência” (2009, p. 50). Também para Marx o homem se prova como ser genérico pelo trabalho:

Precisamente por isso, só na elaboração do mundo objectivo o homem se prova realmente como ser genérico. Esta produção é a sua vida genérica operativa. Por ela, a Natureza aparece como obra sua e realidade sua. O objecto do trabalho é, portanto, a *objectivação da vida genérica do homem*, na medida em que ele se duplica não só intelectualmente, como na consciência, mas também operativamente (...) (MARX, 1993, p. 68).

Como a sociedade não é uma abstração face ao indivíduo, pois ambos não se dissociam, mas se constituem reciprocamente, sua vida individual e sua vida genérica não são diversas (MARX, 1993, p. 95). O que gera no homem a consciência universal e teórica da sua vida genérica advém da sua existência real enquanto ser social na comunidade local.

A consciência da necessidade de entrar em relação com os indivíduos que o cercam marca, para o homem, o começo da consciência do fato de que ele vive em sociedade (MARX & ENGELS, 2008, p. 25). Enquanto animal social, o homem desenvolve não só a cooperação, mas também uma divisão social do trabalho, cuja produção permite a satisfação das necessidades individuais e coletivas, gerando excedentes que possibilitam a troca (HOBSBAWM, E. In: MARX, 1985, p. 16). Em decorrência, o primeiro fato histórico teria sido a produção de meios para satisfazer necessidades básicas, e a ação de satisfazê-las, o primeiro ato histórico, teria levado a novas necessidades (MARX & ENGELS, 2008, p. 21-22).

Os homens são tais como manifestam suas vidas, em conformidade com as condições materiais das suas produções, que por sua vez transformam o pensamento e os produtos do pensamento. Assim, para Marx e Engels, não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (2008, p. 19-20). Essa soma de “forças produtivas” é o que os filósofos chamam “substância” e “essência” do homem (2008, p. 36-37).

Nesse sentido, a estrutura social e o Estado aparecem como representações, mas na realidade o que existe são indivíduos tais como trabalham e produzem em condições que independem a realização das suas vontades. Assim, há uma ligação entre a estrutura social e política e a produção, que abarcam indivíduos determinados, com atividade produtiva segundo um modo determinado, que entram em relações sociais e políticas determinadas (MARX & ENGELS, 2008, p. 18).

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx afirma que Hegel teria visto apenas os aspectos positivos do trabalho. Na sociedade burguesa, fragmentada, subordinada às contradições inerentes à divisão entre capital e trabalho assalariado, ou seja, entre proprietários e não proprietários, o trabalho é fonte de exploração, oriunda de uma luta de classes, onde já não há mais reconhecimento e auto reconhecimento, mas desumanização. A divisão social do trabalho é fonte de alienação e objetificação do homem, o que acabou por promover a sua condição de indivíduo.

Pela análise do capital originário do sistema capitalista de produção, Marx denuncia a gestação de uma visão obscura desta realidade, num contexto que se sustenta por ocultações que, se desveladas, colocariam em xeque o próprio sistema. Em decorrência, dentre os fatores relevantes que se originaram destas contradições, sobretudo a partir das grandes indústrias no início do século XIX, emerge um ser individualista, oprimido, descompromissado e cada vez mais distante das suas potencialidades pessoais e sociais. Esse ser é resultado histórico de uma lógica de potencialização do acúmulo de capital, a mais-valia, que acabou por intensificar esta obscuridade presente, sobretudo a partir da fetichização da mercadoria, que desembocou em uma impetuosa incitação ao consumo.

A classe possui intencionalidade própria e, nesse sentido, é expressão singular do geral, da universalidade. Todavia, sob uma condição de alienação, constituída na ordem do domínio de uma classe sobre outra, a valorização do indivíduo é estratégia prima que objetiva ocultá-lo enquanto pertencente a uma classe e, assim, aniquilá-lo enquanto sujeito. Como indivíduo e sociedade se constituem reciprocamente, o “indivíduo” que a ideologia liberal apregoa, enquanto ser isolado, independente e autônomo, é uma ilusão, um produto necessário, constitutivo desta sociedade que cria e alimenta as ilusões que a sustentam.

Reificado e alienado, o indivíduo passou a conceber sua emancipação pela representação de uma pseudo ascensão social e econômica na esfera do consumo. Seu status, determinado na sociedade por sua posição de classe, baseia-se unicamente na propriedade e não mais nos referenciais comunitários que antes ele possuía, mediante relações entre

personalidades plenas e efetivas no grupo. Nesse sentido, para Marx, romper com a alienação é condição necessária para que o indivíduo retome sua condição de sujeito (MARX & ENGELS, 2008, p. 92).

### **Das contradições geradoras e mantenedoras da lógica de domínio**

Ao se estudar a economia política “começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por um lado, essas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo: o trabalho assalariado, o capital, etc. (MARX, 1999, p. 39).

Conforme Gorender, do conceito hegeliano de homem, que não o abstrai da sua vida material concreta, seguiu-se uma historiografia idealista, metafórica. Contudo, se em Hegel o Estado teria uma existência própria, distinta e mais importante que a dos indivíduos, para Marx e Engels não é o Estado que cria a sociedade civil, mas o contrário. A história é primeiramente da sociedade civil, não do Estado. Dada a natureza social do homem e a divisão do trabalho, a história é a da luta de classes (GORENDER, J. In: MARX & ENGELS, 2008, p. XXVII-XXXI).

Assim, a sociedade civil é a base da história, enquanto sucessão da conjugação da produção material com a forma correspondente de intercâmbio, os modos de produção, em conformidade com as mudanças das formas de propriedade. Na sociedade civil, motor da história, fundam-se as contradições de classe, enquanto o Estado burguês é apenas gestor dos interesses da classe dominante, uma forma subordinada do modo de produção capitalista:

Com a divisão do trabalho, dá-se uma separação entre o interesse particular e o interesse comum (...). O interesse comum se erige encarnado no Estado. Autonomizado e separado dos reais interesses particulares e coletivos, o Estado se impõe na condição de comunidade dos homens. Mas é uma comunidade ilusória, pois o Estado, por baixo das aparências ideológicas de que necessariamente se reveste, está sempre vinculado à classe dominante e constitui o seu órgão de dominação. Por consequência, as lutas de classe, que dilaceram a sociedade civil, devem tomar a forma de lutas políticas. De lutas travadas sobre o terreno do Estado enquanto poder geral e representante superior da própria sociedade civil (MARX E ENGELS, 2008, p.33).

Nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* Marx realiza uma importante conexão entre a propriedade privada, a troca, a divisão social do trabalho e o processo de desvalorização, coisificação e alienação do homem. À medida que se desenvolve o capitalismo industrial, monopolista, em fins do século XIX, vão se caracterizando os grandes hiatos entre as classes sociais, cujo padrão de organização passa a ser ainda mais societário. As classes populares se tornam uma classe social de perfil bem definido: os proletários ou trabalhadores industriais.

Se por um lado, conforme destaca Resende, o trabalho é a forma humana de existência, “condição ontológica essencial” da humanidade, onde o homem se afirma como um ser genérico e a natureza aparece como obra e realidade sua, por outro lado as formações econômicas pré-capitalistas atestam a impossibilidade da realização do ser pleno do homem em consequência da “objetivação universal” se converter em “alienação total”, decorrente do modo de produção capitalista burguesa. Assim o trabalho, específico do ser genérico do homem, dissolve-se por completo na economia capitalista (RESENDE, 2009, p. 80).

No processo de alienação há não só perda de si e do objeto no plano individual, mas também, no plano coletivo, oposição frente à classe à qual se pertence. Se, por um lado, o trabalhador vende sua força de trabalho como indivíduo pertencente a uma classe, por outro, pela alienação, separa-se dos outros homens com os quais passa a antagonizar e concorrer (RESENDE, 2009, p. 92).

As diferenças individuais entre os homens são convertidas em desigualdades estruturais que, por sua vez, são convertidas na forma de apropriação dos produtos do trabalho e de como estes são produzidos: “As relações de dependência pessoal, que caracterizam as sociedades pré-capitalistas (...), convertem-se, pela mágica do valor de troca e do dinheiro, em relações de independência entre pessoas e de dependência entre coisas” (RESENDE, 2009, p. 94). Essa contradição de classes é uma realidade que emerge, se configura e se reconfigura diferentemente na história.

Entretanto, a oposição entre falta de propriedade e sua existência só aparece como contradição na condição de oposição entre trabalho e capital, oposição que se dá, para Marx, pelo fato da falta de propriedade, mediada pelo trabalho, se tornar a essência da riqueza. O trabalho é “a essência subjetiva da propriedade privada”, cuja forma de existência é o capital (MARX, 1993, p. 88-90). De outra parte, também o capital potencializa o trabalho, permitindo que este produza mais capital: “capital é trabalho armazenado” (MARX, 1993, p. 30). Esse processo de produção, que se dá por ocultação, deixa-nos o legado da revelação do mistério de que quem produz capital é o trabalhador.

Na sociedade capitalista, oculta-se essa desigualdade estruturante que aparece sob a forma de uma aparente igualdade, a começar pelo valor de troca das mercadorias, que nela constitui uma abstração, resultado quantitativo da comparação de coisas distintas e incomparáveis (RESENDE, 2009, p. 98).

É o trabalho que funda o valor da mercadoria, mas, paradoxalmente, na sociedade capitalista a própria força que a produz também vira mercadoria, enquanto separa-se dos



elementos necessários, dos instrumentos, para realizar a produção. Nesse sentido, o próprio homem é relegado à posição de mercadoria vendável e substituível, coisificado e objetificado pela racionalidade instrumental e pela lógica do capital, que acabam por subsumir toda a sua humanidade. No fundo, a vida da mercadoria é a vida do homem, não da mercadoria. Essa inversão faz com que a relação entre pessoas apareça como uma relação entre coisas:

O operário torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção cresce em poder e volume. O operário torna-se uma mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a *valorização* do mundo das coisas cresce a *desvalorização* do mundo dos homens em proporção directa. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se a si próprio e o operário como uma *mercadoria*, e com efeito na mesma proporção em que produz mercadorias em geral (MARX, 1993, p. 62).

A mercadoria, grande “deus” da modernidade, à qual seus próprios criadores se sujeitam, é valor e fetiche, cujo caráter místico provém da mais valia. Ela se põe, a princípio, como valor de uso, mas se revela ao final como fetiche, ao ocultar o valor-trabalho. A própria esfera da produção, não da reprodução da mercadoria, já a produz por ocultação e o consumo lhe é subordinado. Os consumidores são determinados pela própria produção à qual o fetiche adere. Marx afirma que a produção cria o consumidor, cria um objeto para o sujeito e um sujeito para o objeto: “A produção não se limita a fornecer um objeto material à necessidade, fornece ainda uma necessidade ao objeto material” (MARX, 1999, p. 32/33).

O trabalho alienado destitui o homem da sua vida genérica, uma vez que a condição do ser genérico homem é a atividade livre e consciente:

Na medida em que o trabalho alienado aliena ao homem 1) a Natureza, 2) ele próprio, a sua própria função activa, a sua actividade vital, assim ele aliena ao homem o gênero; torna-lhe a *vida genérica* meio da vida individual. Primeiro aliena a vida genérica e a vida individual e, segundo, torna a última na sua abstracção objectivo da primeira, igualmente na sua forma abstracta e alienada (MARX, 1993, p. 67).

Assim, as formas ideológicas são produzidas na base real da sociedade, cuja manipulação intencional não se dá só no sentido do controle das mentes, mas também de corpos e de tudo que compõe a vida na materialidade. Logo, a sujeição não está na falsa consciência (fator determinado), mas na própria realidade (fator determinante), na produção, que transforma o homem em objeto (MARX, 1993, p. 64). Nesse sentido, todo propósito de sair da alienação deve eximir-se de criticar o consumo e partir para a esfera da produção, onde a ocultação se dá.

De tudo quanto se afirmou, conclui-se que a contradição se funda na própria realidade, não no plano das ideias, e não se restringe exclusivamente ao plano econômico, mas alcança todas as esferas da vida. Atrás da aparência dos ideais Iluministas de autonomia, liberdade e

senhorio do próprio destino da força de trabalho, o que se revela é a condição de um indivíduo objetivado pelo trabalho assalariado, um trabalhador não livre, não igual, cuja única propriedade, sua força de trabalho, ele vende ao capitalista. Contradições que se desenvolvem e se complexificam à medida que se desenvolve o capitalismo.

### **Da comunidade à sociedade, do sujeito ao indivíduo**

Quanto mais se recua na História, mais dependente aparece o indivíduo (...). Só no século XVIII, na “sociedade burguesa”, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (e, desse ponto de vista, gerais) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é, no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade (MARX, 1999, p. 26).

Segundo Hobsbawm, Marx sintetiza três grandes formas de submissão em três grandes épocas de civilização e exploração: a escravidão na antiguidade, a servidão na Idade Média e o trabalho assalariado na Idade Moderna (In: MARX, 1985, p. 51), bem como distingue quatro etapas analíticas dessa evolução, embora não cronológicas: as formações asiática, antiga, feudal e burguesa, sistemas que se afastam cada vez mais da situação primitiva do homem (HOBSBAWM, E. In: MARX, 1985, p. 38-39).

Antes inexistente nas associações cooperativas, o indivíduo só aparece como ser isolado nas formas fragmentadas de produção. A emergência do indivíduo que se crê como único, singular e insubstituível é fruto do Estado liberal burguês. Essa ideia começa a se delinear a partir do modo capitalista de produção, o que provoca mudanças não só na forma de se produzir a vida, mas também nas relações sociais. Assim, não só o indivíduo, mas também a sociedade são invenções do mundo moderno. Conforme Marx e Engels: “O termo sociedade civil apareceu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolveu com a burguesia; (...)” (2008, p. 33/34).

Hobsbawm (In: MARX, 1985) comenta que, enquanto a comunidade é pré-capitalista, a sociedade é capitalista. O homem que emerge da associação comunitária plena é diferente do que emerge da societária, fundamentada na urbanização, na indústria, no mercado e no fetiche do valor de troca da mercadoria. Diante dos avanços do capitalismo e da consolidação da sociedade burguesa, e a conseqüente conversão de tudo em mercadoria, o indivíduo se isola. A vida segregada dita as relações sociais: os homens se isolam mediante o desenvolvimento e a

expansão de um modo de produção que dispõe da vida humana como mera força e instrumento de produção.

Na Introdução de *Para a crítica da economia política*, Marx (1999) afirma que o indivíduo é, de um lado, decomposição das formas feudais, de outro, uma das novas forças de produção que se desenvolvem a partir do século XVI. A sociedade, no passado, quando de produção mais coletiva, expressava uma maior dependência entre os homens, que eram mais gregários. Quanto mais se avança na história, mais individualizado e alienado o indivíduo se torna, mais isolado e mais transformado no ideal desta sociedade.

Assim, esse indivíduo é fruto da expansão do capitalismo e das necessidades do seu desenvolvimento, cuja afirmatividade decorrente implicou na destruição não só dos laços da forma comunitária, mas também da sua condição de sujeito. Conforme Marx: “O homem somente se torna um indivíduo (*vereinzelt sich selbst*) por meio do processo histórico. Ele surge, inicialmente, como um ser genérico, um ser tribal, um animal de rebanho” (1985, p. 89).

As diversas formas da individualização gradual do homem, que significa a ruptura da unidade original, correspondem aos diversos estágios da história. Cada um deles constitui, assim, um passo em afastamento da “unidade original de uma forma específica de comunidade (tribal) e da propriedade natural correspondente a ela (...)” (MARX, 1985, p. 89). Representa passos na evolução da propriedade privada, segundo Hobsbawm (In: MARX, 1985, p. 38).

Pela divisão do trabalho os homens foram colocados em dependência uns dos outros (MARX E ENGELS, 2008, p. 80) e foram se individualizando. Trata-se de um processo de emancipação do homem em relação às suas condições originais de produção que é, ao mesmo tempo, um processo de individualização humana. Conforme Marx, a própria troca atua como um agente fundamental desta individualização, dissolvendo e tornando supérfluo o animal gregário (1985, p. 90).

Isso determina, automaticamente, uma transformação nas relações do homem com o que era, originalmente, a sua comunidade. A antiga comunidade transformou-se, no caso extremo do capitalismo, em um mecanismo social desumanizado que, embora torne possível a individualização, é hostil e estranho ao indivíduo (HOBSBAWM, E. In: MARX, 1985, p. 18). Em decorrência, os homens “se viram frustrados do conteúdo real da sua vida, tornaram-se indivíduos abstratos, mas que, por isso mesmo e somente então, foram colocados em condições de entrar em contato uns com os outros enquanto indivíduos” (MARX E ENGELS, 2008, p. 81/82).

Para Marx, é a relação natural do homem com a mulher que retrata até que ponto a necessidade do homem se tornou necessidade humana e o outro homem, como homem, se tornou necessidade, demonstrando que ele, na sua existência mais individual, é simultaneamente comunidade (MARX, 1993, p.91-92). Imposições naturais, como a divisão entre os sexos, que caracterizam os primórdios da humanidade, foram posteriormente substituídas por condições sociais: “Essa consciência gregária ou tribal se desenvolve e se aperfeiçoa posteriormente em razão do aumento da produtividade, do aumento das necessidades e do crescimento populacional” (MARX & ENGELS, 2008, p. 26).

Do processo de divisão do trabalho se origina a propriedade nas suas diversas formas, desde a propriedade comunal tribal até a propriedade privada burguesa, caracterizada pelo “trabalho, capital e a ligação de ambos” (MARX, 1993, p. 82). Nesse sentido, divisão do trabalho e propriedade são termos idênticos.

A divisão do trabalho, para Marx e Engels, alcança um patamar superior com a divisão entre trabalho manual e intelectual. Conforme assinala Gorender (In: MARX & ENGELS, 2008, p. XXVIII), essa divisão é resultante da separação entre cidade e campo, entendida igualmente como separação entre capital e propriedade fundiária. Para Marx e Engels: “A oposição entre a cidade e o campo surge com a passagem da barbárie para a civilização, da organização tribal para o Estado, do provincialismo para a nação, e persiste através de toda a história da civilização até nossos dias (...)” (2008, p. 55/56). A formação da classe dos comerciantes, separada dos produtores, fará avançar ainda mais esse processo de divisão.

Como o pastoreio ou a vida nômade foi a primeira forma de sobrevivência, decorre que a comunidade tribal, o grupo natural, não teria surgido como consequência, mas como condição prévia da apropriação e uso conjuntos e temporários do solo (MARX, 1985, p. 66). Para Marx, nem a produção, nem a própria sociedade prescindem da propriedade privada como condição de existência, uma vez que toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo no interior e por meio de uma determinada forma de sociedade (1999, p. 29).

A terra, como o arsenal que proporciona os meios e objetos do trabalho, proporciona também a localização, como a base da comunidade (MARX, 1985, p. 67). Nessa perspectiva, o objetivo primeiro do indivíduo não foi aquisição de riqueza, mas sim a autosubsistência: “sua própria reprodução como um membro da comunidade, como um proprietário de parte do solo e, nesta qualidade, como membro da comuna” (MARX, 1985, p. 71).

Quanto mais cresce a tendência de se definir o caráter comunal da tribo enquanto unidade negativa contra o mundo exterior, mais se impõem as condições que permitirão ao

homem tornar-se proprietário privado de um lote definido de terra, cujo cultivo corresponderá somente a ele e à sua família. A comunidade, como um Estado, passa a ser, por um lado, a relação recíproca entre esses proprietários privados livres e iguais, sua aliança contra o mundo exterior e, ao mesmo tempo, sua garantia (MARX, 1985, p. 70).

Da primeira forma de propriedade, que repousa sobre uma comunidade, passando pelo desenvolvimento da propriedade privada e pela propriedade feudal, por estamentos, onde a nobreza tem poder absoluto e os servos são a classe produtiva, destaca-se que, até então, a divisão do trabalho pouco se desenvolveu (MARX E ENGELS, 2008, p. 15-17). Conforme sintetiza Hobsbawm, essas sociedades não eram de classes plenamente constituídas. Ainda que a manufatura artesanal nas cidades do período feudal já representasse uma certa individualização no controle sobre os meios de produção e consumo, só na quarta etapa de propriedade surgirá o proletário, o que se dará pela apropriação dos homens não como escravos ou servos, mas pelo seu “trabalho” (In: MARX, 1985, p. 39).

Conforme comenta Hobsbawm, a dupla relação entre trabalho e propriedade é progressivamente rompida quando o homem se afasta da sua relação primitiva com a natureza, pela separação entre os meios de trabalho e o objeto do trabalho, entre o trabalhador e a terra como seu laboratório natural (In: MARX, 1985, p. 65). Essa separação se completa, finalmente, sob o capitalismo, quando o trabalhador é reduzido a simples força-de-trabalho, enquanto, inversamente, a propriedade se reduz ao controle dos meios de produção, inteiramente divorciada do trabalho (HOBSBAWM, E. In: MARX, 1985, p. 17).

Segundo Hobsbawm, para Marx foi a burguesia que absorveu todas as outras classes possuidoras enquanto, paralelamente, formou uma nova classe, integrada pelos não-proprietários e parte dos que até então eram possuidores: o proletariado. Essas transformações se produziram na medida em que as formas de propriedade existentes foram se transformando em capital industrial ou comercial (In: MARX, 1985, p. 32).

Devem-se aos comerciantes do século XVIII, sob a sociedade burguesa, o protecionismo do Estado e os monopólios. Considerado como o século do comércio, este se verá, posteriormente, sob o domínio da grande indústria. Para Marx e Engels é a indústria que cria a história mundial ao aniquilar a identidade das diversas nações e ao transformar as relações naturais em monetárias (2008, p.69-71). Segundo comentário de Hobsbawm: “O desenvolvimento definitivo do capitalismo exige, portanto, o do mercado mundial” (In: MARX, 1985, p. 32). O mercado mundial moderno colocou o comércio sob o seu domínio, transformou

todo o capital em capital industrial e deu origem, assim, à circulação (aperfeiçoamento do sistema monetário) e à centralização rápida de capitais (MARX & ENGELS, 2008, p. 70-71).

A propriedade fundiária foi transformada numa mercadoria e isto marcou a derrocada final da velha aristocracia e a consumação final da aristocracia do dinheiro, eliminando a diferenciação entre proprietário fundiário e capitalista. O modo de produção capitalista produziu duas classes fundamentais: “a classe operária e a classe dos capitalistas” (MARX, 1993, p. 55). Conforme Marx:

Contra a antiga característica da propriedade fundiária feudal, dotada de individualidade, afeição, cujos costumes e caracteres modificavam-se de um pedaço de terra a outro, que dera origem ao provérbio medieval “*nulle terre sans seigneur*”, sobrepõe-se o provérbio moderno: “*l’argent n’a pas de maître*, onde se exprime toda a dominação da matéria morta sobre o homem (MARX, 1993, p. 56/57).

A grande indústria, em geral, foi a responsável por criar por toda parte as mesmas relações entre as classes da sociedade e, em decorrência, destruir o caráter particular das diferentes nacionalidades, criando uma classe de interesses iguais em todas as nações, abolindo a ideia de nacionalidade, enquanto a burguesia de cada nação conservava ainda interesses nacionais particulares. Foram desses fatores históricos que, segundo Marx e Engels, emergiu a falsa ideia do Estado como instância separada da sociedade civil (2008, p. 72-74).

### **Do indivíduo ao sujeito, da sociedade à comunidade**

Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras, do que se trata é de *transformá-lo* (MARX & ENGELS, 2008, p. 103).

As degradações próprias do sistema capitalista, somadas ao domínio da racionalidade instrumental de base Iluminista, afetaram sobremaneira os valores que regem as relações morais e sociais, o que ameaça até mesmo a própria continuidade do homem não só em seu aspecto particular, mas também em sua condição genérica. Conforme Gorender, Marx e Engels viram na Economia Política “a justificação da concorrência ilimitada e impiedosa entre os homens, a consagração da alienação das forças sociais no poder do capital” (GORENDER, J. In: MARX & ENGELS, 2008, p. XVI e XVII).

De todas essas condições e contradições supracitadas, Marx aponta a necessidade de superação desse estado de coisas, cujas possibilidades não podem se dar na esfera política, que é a da reprodução, mas na esfera social, material, da própria produção, já que os obstáculos são

constituídos no próprio desenvolvimento do capital e na própria constituição da mercadoria, no processo produtivo e não reprodutivo ou de distribuição.

Como o desenvolvimento das contradições decorre do despojamento da classe operária, levando-a a uma situação de penúria, para que a alienação seja superada, conforme Marx e Engels, um estágio elevado do desenvolvimento da força produtiva se faz necessário, o qual privará totalmente a grande massa da humanidade da propriedade, que se perceberá em contradição com um mundo de riqueza e de cultura realmente existente (2008, p. 30-31). Assim, o que promoverá a superação e transformação desta sociedade decadente serão sujeitos conscientes e emancipados.

A ideia de universalidade promovida pela alienação, que relegou o indivíduo à sua dissolução na massa, ao mesmo tempo em que o fez crer-se participante da “humanidade” por valores comuns, produziu uma percepção apenas ilusória da coletividade (MARX & ENGELS, 2008, p. 30). Sem noção da sua real situação como classe espoliada, a crença no coletivo tem por efeito aniquilar o sujeito individual, junto com sua consciência e dignidade. A condição essencial da superação dessa alienação se encontra na supressão da propriedade privada, através de uma Revolução comunista.

Para Marx e Engels é a Revolução, não a crítica, “a verdadeira força motriz da história, da religião, da filosofia e de qualquer outra teoria” (2008, p. 30-36). Como crítica à teleologia do socialismo utópico, o comunismo, para Marx e Engels, não é nem um estado a ser criado, nem um ideal pelo qual a realidade deverá se guiar, mas “o movimento *real* que supera o estado atual de coisas”, cujas condições resultam das atuais premissas (2008, p. 32).

O comunismo distingue-se de todos os movimentos que o antecederam porque sua organização é essencialmente econômica. Conforme Marx e Engels: “(...) o materialismo comunista vê a necessidade ao mesmo tempo de uma transformação radical tanto da indústria como da estrutura social” (2008, p. 46). A Revolução comunista é dirigida contra o modo de atividade anterior, ela suprime o trabalho alienado e extingue a dominação de uma classe sobre outra, abolindo as próprias classes (MARX & ENGELS, 2008, p. 85-87).

O comunismo como supressão da propriedade privada é a reivindicação da vida humana real como sua propriedade (MARX, 1993, p. 122). Afirma Marx:

A supressão positiva da *propriedade privada* como apropriação da vida *humana* é, por isso, a supressão positiva de toda a alienação, portanto o regresso do homem, a partir da religião, família, Estado, etc., à sua existência *humana*, i. é, *social* (1993, p. 93).

Em decorrência dos perigos constantes apresentados pela nova condição social do sujeito, agora reduzido ao papel de indivíduo, mero material estatístico a ser manipulado pelas forças econômicas, Marx aspira a um homem que se guie não mais pela competitividade própria deste sistema, mas que se coloque como um igual na sua relação com os outros homens, a fim de afirmar a sociedade como espaço de condição de possibilidade da sua dignificação.

Para Marx e Engels, é somente na comunidade com outros homens que cada indivíduo possui os meios de desenvolver suas faculdades em todos os sentidos. Só na comunidade a liberdade pessoal é possível. Na comunidade dos proletários revolucionários os homens nela participam enquanto sujeitos, construtores conscientes de sua história (MARX & ENGELS, 2008, p. 92-93). É na *praxis* que o indivíduo se constitui como sujeito, pois ela rompe com a alienação e afirma o humano verdadeiro. A realização do humanismo dá-se com o comunismo.

À crítica da Economia Política segue-se uma exposição do comunismo enquanto “recuperação” da natureza genérica pelo homem. Conforme Gorender: “o homem da sociedade comunista será o homem total, livre das alienações e mutilações impostas pela divisão do trabalho reinante na sociedade burguesa e apto a realizar suas múltiplas potencialidades” (*in* MARX E ENGELS, 2008, p. XVI). Segundo Gorender, o homem total da sociedade comunista, não fragmentado, será capaz de transitar livremente de uma tarefa à outra, do trabalho manual ao intelectual (*In*: MARX & ENGELS, 2008, p. XXXIV), o que será sua condição de emancipação.

### **Considerações finais**

Como indivíduo e sociedade, para Marx, não são duas entidades mutuamente exclusivas, pois ambos incluem elementos recíprocos, o indivíduo é o ser social, sua vida individual e singular e a vida coletiva e genérica mutuamente se constituem e se determinam (MARX, 1993, p. 95). Assim, a distinção entre sujeito e indivíduo não se dá no plano conceitual, mas sim no plano factual e histórico (MARX, 1985, p. 89). Enquanto o sujeito em Marx manifesta-se como sujeito coletivo ou social, no modo de produção capitalista o sujeito individual aparece como personificação de interesses econômicos, subsumido pelo trabalho alienado e pelo fetiche da mercadoria que, ao ocultarem a relação entre capital e trabalho, destituíram-no da sua condição de sujeito pela perda da sua consciência de classe e de seus referenciais comunitários.



O trabalho alienado revela-se como meio de produção e alienação da condição de ser do homem como ser genérico e social (MARX, 1993, p. 67). Afasta o homem da possibilidade de reconhecimento de si e da sua própria prisão objetiva. Oculta as contradições de classe que são produzidas na própria realidade, no sistema produtivo e não nas ideias, e abrangem todas as esferas da vida. O trabalho alienado é capaz de transformar a vida humana em estranhamento, de si, dos objetos produzidos e dos outros homens (MARX, 1993, p. 77). Quanto mais os indivíduos se alienam, mais se consideram livres. Alienar-se, nesse sentido, significa também conciliar-se com a realidade, “eliminando” a contradição.

A valorização do indivíduo é estratégia crucial para que não se revelem as contradições inerentes a este sistema capitalista de produção. Como indivíduo e sociedade se constituem reciprocamente, a ideia de um ser único, isolado, autônomo e independente é apenas uma ilusão constitutiva dos processos de dominação. O indivíduo isolado é mais facilmente controlado. A ovelha fora do rebanho é presa fácil para os lobos famintos!

Nas sociedades pré-capitalistas as relações de dominação eram claras e bem definidas, as condições de subordinação e pertença eram bem estabelecidas, como entre Senhor e Servo. Hoje, além de alienado, o trabalhador não é livre, não é igual e só é proprietário da sua força de trabalho, a qual vende ao capitalista, mas não o percebe. Portanto, a questão que afeta diretamente o homem na condição de indivíduo é sua inconsciência da sua realidade enquanto ser genérico e de classe, agora diluído na massa dos despossuídos e espoliados do sistema capitalista de produção. O trabalho alienado aliena não só a vida genérica, mas também a individual (MARX, 1993, p. 62).

Esta sociedade que afirma o indivíduo livre e soberano oculta os mecanismos da sua dominação. A individualização do homem acabou por promover a perda do sentido do genérico, da universalidade, do reconhecimento e aceitação do outro enquanto outro, da tolerância às diferenças. Tudo se torna uno, pura afirmação e adaptação ao já estabelecido. Para Marx e Engels o geral é a forma ilusória da coletividade (2008, p. 30).

Com a perda do reconhecimento de pertença à classe, o indivíduo perdeu a visão do todo e o sentido da humanidade. Em decorrência, o sucesso pessoal passou a ser a meta, independentemente dos meios a serem utilizados para o alcance do resultado almejado, aniquilando a ética em prol de interesses egoístas, enaltecendo-se a competitividade numa “heroica” destruição de todos os obstáculos. O liberalismo, levado ao máximo da sua sofisticação, levou a um individualismo extremo, guiado pela ideia do “salve-se quem puder”,

onde cada um cuida de si. Porém, o desconhecimento dos reais inimigos, bem como dos seus mecanismos de dominação, tem impossibilitado a efetiva vitória sobre toda forma de opressão.

Os males que assolam a vida pessoal são apresentados no plano individual e não no plano da sociabilidade, o que dificulta a transformação tanto das consciências, quanto da realidade. Pulverizados e atomizados, os indivíduos tornaram-se mais facilmente dominados e a exaltação da condição de indivíduos é o ideal desta razão de domínio. A afirmação do indivíduo pela sociedade burguesa é a própria negação da sua presença enquanto sujeito de si e da história, a própria negação do social. Individualista, egoísta, reificado, alienado e fragmentado, o indivíduo da sociedade capitalista foi se diluindo no sistema social, se dissociando da comunidade e do seu ser genérico.

Fato é que, só pelo desenvolvimento das contradições entre capital e trabalho, emerge a possibilidade de superação desta realidade. A transformação da sociedade exigiria um amadurecimento das classes. Contudo, o desenvolvimento da lógica mercantil tem elevado um enorme contingente de trabalhadores à condição de consumidores pela facilitação do acesso aos bens de consumo, o que tem obstaculizado o processo de compreensão dessas contradições, uma vez que tem gerado na mente trabalhadora apenas um reconhecimento de símbolos fetichizados da sociedade, dificultando sua conscientização como classe e sua possibilidade de emancipação.

Se é a classe operária que alimenta o processo de produção capitalista, só a perspectiva da sua conscientização derrubaria o próprio sistema, por isso a reificação alcançou sua consciência, individual e coletivamente. O problema da Revolução, que aniquila os ideais do marxismo heterodoxo, é o da ciência de que não se faz uma Revolução com indivíduos isolados, que não têm nenhuma referência coletiva. Fato é que o sujeito coletivo, da autonomia, da liberdade, da classe operária, que faria a Revolução, sucumbiu ao mascaramento da sua situação de penúria pela quantidade de “coisas” que passou a ter acesso.

O trágico é que a exigência da reprodução das condições de produção da sociedade capitalista se desenvolverá em escala cada vez mais elaborada, o que implica na reprodução das suas contradições em escala mundial cada vez maior. Para que seja erradicada esta suposta onipotência do homem que segreda a realidade das coisas, as estruturas implicadas devem ser acessadas. Porém, por não serem abstratas, mas reais, essas contradições não se resolvem, apenas se desenvolvem, se sofisticam, tornando-se cada vez mais sutis.

Portanto, para Marx, o procedimento dialético não se aplica a resolver esta intrincada relação entre a materialidade da realidade e os sujeitos que nela estão, mas a compreender suas

mediações. Seu método apenas apontará as contradições estruturais da realidade, cuja síntese se dará na *praxis* histórica, que ainda será constituída. Tal síntese, por ser histórica, será também transitória e provisória, jamais definitiva.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARX, K. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo/SP: Ed. Nova Cultural, 1999.

\_\_\_\_\_. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Introdução de Eric Hobsbawm. Rio de Janeiro/SP: Ed. Paz e Terra, 1985.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Lisboa: Ed. Avante, 1993.

MARX, K. & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. Introdução de Jacob Gorender. São Paulo/SP: Ed. Martins Fontes, 2008.

RESENDE, A. C. A. *Para a crítica da subjetividade reificada*. Goiânia/GO: Ed. UFG, 2009.